



# Saúde Mental dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Matozinhos – MG

## Mental Health of Professionals of the Municipal Civil Guard of Matozinhos – MG

Lucas P. de Souza<sup>1</sup>, Rafaela L. X. de Oliveira<sup>1</sup>, Talytta G. Barbosa<sup>1</sup>, Luana C. S. Almeida<sup>1\*</sup>.

<sup>1</sup> Faculdade Sete Lagoas, Rua Itália Pontelo, 50, 35700-170, Sete Lagoas, MG, Brasil.

### \*Correspondência

Luana C. S. Almeida  
Faculdade Sete Lagoas – FACSETE  
Rua Itália Pontelo, 50/86 - Chácara do Paiva, Sete Lagoas MG, Brasil. CEP 35700-170  
+55 (31) 98297-7484  
prof.luanacsoares@gmail.com

### Financiamento

Não se aplica.

### Resumo

Os Guardas Cíveis Municipais constituem um grupo de profissionais expostos a múltiplos fatores de risco psicossociais, decorrentes da natureza de suas atividades, das condições institucionais de trabalho e da forma como sua atuação é reconhecida. O presente estudo teve como objetivo analisar a saúde mental dos profissionais da Guarda Civil Municipal do município de Matozinhos, Minas Gerais, considerando os impactos do trabalho, da organização institucional e da ausência de reconhecimento sobre o bem-estar psicológico desses servidores. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, de caráter transversal, realizada com oito guardas civis municipais em exercício. O instrumento buscou identificar percepções relacionadas à valorização profissional, plano de carreira, remuneração, saúde mental e interferências da jornada de trabalho na vida pessoal, familiar e no sono dos participantes. Nesta pesquisa pôde-se observar que a saúde mental dos Guardas Cíveis Municipais de Matozinhos encontra-se fragilizada por fatores estruturais, simbólicos e organizacionais, causada pela ausência de políticas de cuidado, precarização das condições de trabalho e falta de reconhecimento profissional. O estudo reforça a necessidade urgente de implementação de ações institucionais e políticas públicas que promovam a valorização desses trabalhadores, o fortalecimento da identidade profissional e o cuidado contínuo com a saúde mental, contribuindo para a dignidade dos servidores e para a qualidade da segurança pública municipal.

**Palavras-chave:** Guardas Cíveis Municipais. Saúde Mental. Riscos psicossociais. Segurança Pública. Políticas Públicas.

### Abstract

Municipal Civil Guards constitute a group of professionals exposed to multiple psychosocial risk factors, stemming from the nature of their activities, the institutional working conditions, and the way their performance is recognized. This study aimed to analyze the mental health of professionals in the Municipal Civil Guard of Matozinhos, Minas Gerais, considering the impacts of work, institutional organization, and lack of recognition on the psychological well-being of these officers. This is a quantitative, cross-sectional study conducted with eight active municipal civil guards. The instrument sought to identify perceptions related to professional appreciation, career plan, remuneration, mental health, and the

impact of work hours on the participants' personal, family, and sleep lives. This research revealed that the mental health of the Municipal Civil Guards of Matozinhos is fragile due to structural, symbolic, and organizational factors, caused by the absence of care policies, precarious working conditions, and lack of professional recognition. The study reinforces the urgent need to implement institutional actions and public policies that promote the appreciation of these workers, the strengthening of their professional identity, and continuous care for their mental health, contributing to the dignity of public servants and the quality of municipal public safety.

**Key words:** Municipal Civil Guards. Mental Health. Psychosocial Risks. Public Security. Public Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Os profissionais da segurança pública constituem um grupo ocupacional exposto a múltiplos fatores de risco psicossociais, decorrentes tanto da natureza de suas atribuições quanto das condições institucionais nas quais o trabalho é desenvolvido. Entre esses profissionais, destacam-se os Guardas Cívicos Municipais, destinados a protegerem os bens, patrimônios e a sociedade no âmbito municipal, exigindo constante vigilância e enfrentamento de situações estressoras. Conforme Oliveira, Araújo e Carvalho (2014), trata-se de um grupo ocupacional marcado por elevada vulnerabilidade, devido à natureza da atividade que desenvolvem.

A discussão sobre saúde mental, nesse contexto, assume relevância central. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001), a saúde mental não se restringe à ausência de doenças mentais, mas configura-se como um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de reconhecer suas próprias capacidades, superar os estressores cotidianos, trabalhar de forma produtiva e contribuir para a comunidade. Portanto, não se limita a um único fator, tratando-se de um conceito abrangente, que envolve dimensões psicológicas, sociais e laborais.

Segundo Dejours (1993), o trabalho desprovido de significação, realizado sem suporte social, sem reconhecimento ou que se constitui em fonte de ameaça à integridade física e/ou psíquica do trabalhador, pode desencadear sofrimento mental. Nesse contexto, torna-se fundamental discutir o bem-estar psicológico dos profissionais da Guarda Civil Municipal de Matozinhos – MG, cuja atuação é marcada por jornadas exaustivas, exposição a situações de estresse e pela ausência de reconhecimento e valorização, tanto por parte da instituição quanto da sociedade civil. Observa-se ainda que a saúde mental desses trabalhadores tende a ser extremamente banalizada, o que pode contribuir para o agravamento do sofrimento psíquico.

Dessa forma, a análise da saúde mental dos agentes demanda atenção à estrutura organizacional da instituição. A contribuição do trabalho para as alterações na saúde mental dos servidores dá-se a partir de uma ampla gama de aspectos, que vão desde fatores pontuais até a complexa articulação de fatores relativos à organização do trabalho, tais como, as políticas de gerenciamento de pessoas, os modelos de gestão e as condições laborais, que podem favorecer processos de adoecimento biopsicossocial, conforme apontam Assis, Azevedo e Choucair (2023).

Assim, o presente trabalho teve como finalidade investigar de que maneira o ambiente de trabalho interfere na saúde mental dos Guardas Cívicos Municipais do município de Matozinhos. A escolha do tema justifica-se pela exposição desses profissionais a fatores de risco psicossociais que impactam negativamente sua saúde mental, pela escassez de estudos que abordem de forma específica essa categoria no contexto municipal e pela inexistência de políticas públicas voltadas à promoção de saúde mental desses agentes. Esse cenário evidencia a necessidade de aprofundar estudos, reflexões e intervenções que contribuam para a promoção do bem-estar psicológico dos guardas, fomentando o fortalecimento da identidade profissional e a melhoria dos serviços prestados à população.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Caracterização do local de estudo

O estudo foi realizado na sede da Guarda Civil Municipal de Matozinhos, localizada no Centro Administrativo, Rua João Gonçalves de Oliveira, nº201, Bairro São Pedro, na cidade de Matozinhos, MG.

## 2.2 Delineamento do estudo

O presente trabalho trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, de análise transversal. A pesquisa quantitativa é aquela em que se coletam e analisam dados quantitativos sobre variáveis. Dessa forma, este tipo de pesquisa é capaz de identificar a natureza profunda das realidades, seu sistema de relações e sua estrutura dinâmica (Pita Fernández; Pértegas Díaz, 2002). A análise transversal, por sua vez, refere-se à coleta e análise dos dados em um tempo definido, sem acompanhamento longitudinal dos participantes (Bastos, 2007).

## 2.3 População de estudo

A população de estudo foram os Guardas Civis Municipais (GCM), sendo um total de 8 (oito) servidores. Dentre as funções exercidas estão proteger o patrimônio coletivo, prestar segurança em eventos e solenidades promovidas pela Prefeitura, proteger os servidores em exercício de suas funções, prestar serviços de vigilância nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta do município, e auxiliar nas ações da defesa civil. Além disso, a Guarda Civil Municipal de Matozinhos é responsável pela sala de monitoramento das câmeras de vigilância, de forma extraoficial, uma vez que esta atribuição não consta na lei orgânica de criação desta Guarda de forma explícita.

## 3 RESULTADOS

A pesquisa foi realizada com 8 (oito) servidores públicos da Guarda Municipal de Matozinhos, Minas Gerais. A análise dos dados possibilitou uma compreensão inicial acerca das percepções desses profissionais sobre a valorização institucional e social de seu trabalho, bem como dos impactos dessa realidade sobre a saúde mental desses agentes.

<i>Idade (anos)</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
18 a 36	1	12,5%
31	1	12,5%
34	2	25%
35	3	37,5%
36	1	12,5%

**Tabela 1:** Distribuição dos participantes segundo idade (anos), frequência absoluta e percentual (n = 8)

<i>Tempo de atuação</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
1 ano e 6 meses	1	12,5%
1 ano e 7 meses	3	37,5%
1 ano e 8 meses	2	25%
19 meses	1	12,5%
Aproximadamente 2 anos	1	12,5%

**Tabela 2:** Distribuição dos participantes segundo tempo de atuação, frequência absoluta e percentual (n = 8)

<i>Sexo</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Masculino	6	75%
Feminino	2	25%

**Tabela 3:** Distribuição dos participantes segundo sexo (n = 8)

<i>Estado civil</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Casado	2	25%
Divorciado	1	12,5%
Solteiro	5	62,5%

**Tabela 4:** Distribuição dos participantes segundo estado civil (n = 8)

<i>Reconhecimento social</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Raramente me sinto reconhecido	4	50,0
Nunca me sinto reconhecido	3	37,5
Sempre me sinto reconhecido	1	12,5

**Tabela 5:** Percepção de reconhecimento social (n = 8)

<i>Reconhecimento institucional</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Raramente me sinto reconhecido	3	37,5
Nunca me sinto reconhecido	4	50,0
Às vezes me sinto reconhecido	1	12,5

**Tabela 6:** Percepção de reconhecimento perante a instituição (n = 8)

<i>Plano de carreira</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Muito ruim	Muito ruim	Muito ruim

**Tabela 7:** Avaliação do plano de carreira (n = 8)

<i>Satisfação salarial</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Muito insatisfeito	5	62,5
Parcialmente satisfeito	3	37,5

**Tabela 8:** Grau de satisfação com o salário (n = 8)

<i>Preocupação institucional</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Sem importância	6	75,0
Pouco importante	2	25,0

**Tabela 9:** Percepção sobre a preocupação institucional com a saúde mental (n = 8)

<i>Importância da saúde mental</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Muito importante	6	75,0
Importante	2	25,0

**Tabela 10:** Importância atribuída ao cuidado com a saúde mental (n = 8)

<i>Influência na vida social/familiar</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Muita frequência	4	50,0
Frequentemente	2	25,0
Ocasionalmente	2	25,0

**Tabela 11:** Influência da jornada de trabalho na vida social e familiar (n = 8)

<i>Influência na qualidade do sono</i>	<i>Frequência (n)</i>	<i>Percentual (%)</i>
Muita frequência	5	62,5
Ocasionalmente	2	25,0
Raramente	1	12,5

**Tabela 12:** Influência da jornada de trabalho na qualidade do sono (n = 8)

## 4 DISCUSSÃO

Segundo Assis et al. (2023), a saúde mental daqueles que efetivam a segurança pública tem merecido grande preocupação, tendo em vista a suscetibilidade ao adoecimento desses servidores. Os autores destacam fatores como assédio moral, estrutura hierárquica rígida, sobrecarga de trabalho, carência de pessoal, baixos salários e o chamado “mito do herói”, que impõe ao policial a obrigação simbólica de ser inabalável, mesmo diante de condições adversas. Tais fatores impulsionam o crescimento de afastamentos psiquiátricos, absenteísmo e, em casos extremos, suicídios.

Cavagnolli (2024) complementa essa análise ao afirmar que esses profissionais, por estarem constantemente focados em proteger o próximo, “não raro se esquecem de sua saúde”. Ele observa que transtornos como depressão, ansiedade e transtorno bipolar são frequentemente agravados pela exposição constante a situações de alto estresse, como o risco de morte e a perda de colegas. Além disso, tais problemas comprometem não apenas a atuação profissional, mas também a vida pessoal dos agentes, tornando urgente a implementação de políticas públicas específicas.

Conforme dados obtidos no questionário aplicado ao Guardas Municipais de Matozinhos, 75% dos participantes consideraram relevante cuidar da saúde mental no exercício da função. O resultado evidencia uma percepção crescente, por parte dos próprios profissionais, da importância de discutir e promover ações voltadas ao bem-estar psicológico. Para Back

(2021), essa preocupação cada vez mais presente entre os servidores da segurança pública, reforça a urgência de políticas institucionais efetivas de acolhimento, prevenção e acompanhamento em saúde mental.

Apesar disso, Carvalho (2024) relata que o acompanhamento psicológico só é buscado em situações extremas, revelando a dificuldade do acesso a esse meio de cuidado psicológico. Segundo Neto e Júnior (2020), estudos indicam a alta carga de demandas na rotina de trabalho policial, somada à escassez de recursos, está frequentemente associada ao adoecimento físico e mental deste grupo ocupacional.

Ao comparar os resultados da pesquisa feitos com a Guarda Civil Municipal de Matozinhos com achados de estudos anteriores sobre a saúde mental da segurança pública, observam-se divergências significativas. Ao serem questionados sobre o quanto consideram que a instituição se preocupa com a saúde mental dos servidores, 75% dos participantes responderam que esse tema não tem importância para a organização, enquanto 25% o classificaram como pouco importante. Esses dados evidenciam uma percepção predominante de negligência institucional em relação ao cuidado psicológico dos trabalhadores.

Tal resultado corrobora as análises de Bastos e Benedet (2019), que apontam que o ambiente organizacional tem um impacto profundo na saúde mental dos trabalhadores. Estudos enfatizam a importância de um ambiente de trabalho saudável para o bem-estar psicológico dos agentes de segurança pública, cuja atuação já envolve elevada carga emocional e exposição constante ao estresse.

Considerando a percepção dos participantes quanto a falta de preocupação da instituição com a saúde mental, observou-se que o plano de carreira também é um fator negligenciado. Esse dado é evidenciado pelo fato de que 100% dos profissionais participantes da pesquisa classificaram o plano de carreira como “muito ruim”, indicando um consenso quanto à insatisfação profissional. Tal resultado contrasta com o que prevê a Lei Nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais e estabelece que a atuação desses profissionais consiste na proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Além disso, o §9º da referida lei determina que: “A guarda municipal é formada por servidores públicos integrantes de carreira única e plano de cargos e salários, conforme disposto em lei municipal.”

Nesse contexto, percebe-se a ausência de crescimento profissional da carreira dos Guardas Cívicos Municipais de Matozinhos. Para Dutra (2002), a carreira é a trajetória traçada pelo indivíduo durante a sua vida

profissional, que pode ser consolidada de várias formas e, não necessariamente preestabelecida por uma organização institucional. Sendo assim, o sucesso na carreira está correlacionado ao indivíduo e suas próprias ambições. Entretanto, a ausência de perspectivas institucionais de progressão tende a impactar negativamente a motivação e a satisfação no trabalho, especialmente em contextos nos quais as exigências ocupacionais são elevadas e o reconhecimento é escasso.

Fernandes, Venelli-Costa, Vieira e Amorim (2014) destacam que, durante a carreira, os guardas são expostos a processos de treinamentos e criação de vínculos afetivos que contribuem para a sua permanência na organização. No entanto, fatores como baixos salários, falta de reconhecimento perante a população e desvalorização da carreira, são preponderantes para o descontentamento deles com a profissão. De acordo com Bastos (2019), a intenção do colaborador em permanecer na organização tem uma relação maior com os sentimentos construídos durante a sua carreira, do que com componentes numéricos. O entrenchamento organizacional, nesse sentido, envolve investimentos emocionais e o receio de transição para outras carreiras, mesmo diante de condições insatisfatórias.

Segundo Costa (2004), a influência do trabalho em turnos sobre a saúde e o bem-estar dos indivíduos pode variar conforme diversos fatores, como características pessoais, demandas ocupacionais, contexto socioeconômico e dinâmicas familiares. Os resultados desta pesquisa corroboram essa perspectiva, ao indicar que a carga de trabalho e os turnos impactam não apenas a rotina, mas também a saúde emocional e os vínculos sociais dos Guardas Cívicos Municipais. Constatou-se que 50% dos participantes relataram que a jornada de trabalho interfere com muita frequência em suas relações sociais e familiares. Quando somados aos que indicaram interferência frequente, esse percentual atinge 75%, demonstrando que, para a maioria dos servidores, o trabalho impacta de forma constante ou intensa a convivência familiar e social. Esses achados evidenciam a necessidade de se refletir alternativas para equilibrar vida pessoal e profissional. A sobrecarga de trabalho parece comprometer aspectos importantes da vida dos servidores, afetando o desempenho profissional, a saúde mental e as relações interpessoais. Ressalta-se que nenhum participante indicou que o trabalho raramente ou nunca afeta essas áreas da vida, reforçando o papel central da carga horária como fator de impacto negativo.

Além dos impactos na vida social e familiar, os dados relevam efeitos significativos do trabalho sobre a qualidade do sono dos Guardas Cívicos Municipais. Observou-se que 62,5% dos participantes relataram que

o sono é frequentemente afetado pela rotina laboral, 25% relataram que isso ocorre às vezes e 12,5% raramente. Conforme Ricco-Rosillo (2018) a qualidade do sono é um fator essencial para a manutenção da saúde física e mental, sendo diretamente influenciada por condições de trabalho adversas.

Nesse sentido, buscou-se entender como os Guardas Civis lidam com a extensa jornada de trabalho que, somada à exigência constante de vigilância, tensão emocional e turnos noturnos ou irregulares, tem se mostrado um dos principais fatores prejudiciais à qualidade do sono entre profissionais da segurança pública (Silva, 2020). Estudos realizados por Souza (2023) com guardas municipais e policiais militares em diversas regiões do Brasil reforçam que a má qualidade do sono está diretamente associada às características estressantes da rotina laboral. De forma complementar, Santos (2021) mostra que esses trabalhadores estão frequentemente expostos a situações de risco, exigência de respostas rápidas e carga horária elevada, o que contribui para o desenvolvimento de distúrbios do sono, como insônia, sono fragmentado e sonolência diurna excessiva.

O reconhecimento configura-se como um elemento central para a saúde mental do trabalhador. Dejours (2000) aponta que o reconhecimento exerce papel decisivo na dinâmica da subjetividade, especialmente no que se refere à motivação para o trabalho. De forma complementar, Merlo (1999) compreende o reconhecimento como uma retribuição que o trabalhador espera receber em troca de sua contribuição à organização.

No caso da Guarda Civil Municipal de Matozinhos, a ausência de reconhecimento da sociedade mostrou-se expressiva nos dados desta pesquisa. Observou-se que 50% dos entrevistados relataram raramente sentir-se reconhecidos pela sociedade, enquanto 37,5% afirmaram nunca se sentirem reconhecidos. Esse resultado revela um cenário de invisibilidade social do trabalho desenvolvido pelos servidores e encontra respaldo na literatura. Conforme Baierle e Merlo (2008) o trabalho dos agentes de segurança pública é minado duplamente pela falta de reconhecimento: primeiramente pelo julgamento negativo e preconceituoso por parte da sociedade e, posteriormente, pela desvalorização interna nas próprias instituições.

Essa dupla desvalorização também foi evidenciada no reconhecimento institucional. Os dados apontaram que 50% dos entrevistados afirmaram nunca ter se sentido reconhecido pela instituição, 37,5% relataram raramente se sentir reconhecidos e apenas 12,5% indicaram sentir reconhecimento ocasionalmente por

parte da gestão. Esses achados reforçam a percepção de negligência institucional, que contribui para o sofrimento psíquico e para o enfraquecimento do vínculo dos trabalhadores com a organização.

Durante o trabalho de campo realizado na unidade de lotação dos Guardas Municipais, identificou-se que os servidores não exercem o trabalho de patrulhamento nas ruas, em razão de ausência dos equipamentos adequados, sendo majoritariamente responsáveis pela sala de monitoramento das câmeras de vigilância do município e demais trabalhos internos. Conforme Baierle e Merlo (2008), os guardas que exercem as funções de rua são privilegiados, pois se tornam conhecidos, têm maior visibilidade e recebem o reconhecimento através do contato direto com a sociedade. Dessa forma, a limitação da atuação externa pode contribuir para a percepção de invisibilidade e para o sentimento de não reconhecimento por parte da sociedade, conforme relatos dos participantes da pesquisa.

## 5 CONCLUSÃO

A partir dos dados levantados, foi possível observar um cenário alarmante no contexto investigado sobre a saúde mental dos agentes de segurança pública municipais de Matozinhos. A estrutura da Guarda Civil está comprometida por fatores institucionais, simbólicos e sociais que vêm sendo negligenciados desde sua constituição no município. Ainda que esses servidores exerçam uma função de extrema importância para a segurança pública e ao bem-estar coletivo, têm sido invisibilizados e desvalorizados. Conforme Silva e Dutra (2021), essa invisibilização contribui para o adoecimento psíquico, pois a precarização e desvalorização agravam o estresse mental.

Os relatos e dados analisados demonstram que os agentes estão inseridos em um sistema que não escuta, não reconhece e não cuida. Fatores como ausência de plano de carreira, precarização das condições de trabalho, além da carência de reconhecimento por parte da população e da própria instituição, agravam o sofrimento psíquico dos trabalhadores. Esse cenário é pouco propício para uma construção identitária, sensação de pertencimento e motivação por parte desses profissionais. Segundo Oliveira, Araújo e Carvalho (2014), a falta de reconhecimento institucional e social torna o trabalho penoso e sem sentido, comprometendo o bem-estar e a identidade profissional dos guardas municipais.

Diante da análise dos dados e das referências utilizadas, percebeu-se que os desafios que a Guarda Civil enfrenta estão interligados e impactam diretamente na sua saúde

mental. A carência de reconhecimento tanto institucional, quanto social, a insatisfação com o plano de carreira e salário, negligência do cuidado com a saúde mental e a jornada de trabalho mostram uma situação de vulnerabilidade desses profissionais. As questões abordadas comprometem a qualidade do serviço prestado, assim como colocam em risco o bem-estar dos servidores. O cenário apresentado mostra a evidência da necessidade de políticas públicas e institucionais eficazes, que valorizem esses trabalhadores de forma integral e que promovam melhores condições de trabalho e reconhecimento de forma efetiva, dando a devida importância para a segurança pública municipal.

Futino e Delduque (2020) ressaltam que a valorização da saúde mental entre os servidores da segurança pública ainda é recente e pouco sistematizada. Segundo as autoras, "medo constante de errar, conviver simbioticamente com risco, jornada de trabalho extenuante e sensação de desvalorização" são queixas recorrentes desses trabalhadores. Embora existam programas como o Projeto Qualidade de Vida do Ministério da Justiça, criado em 2008, a efetividade dessas ações ainda é limitada frente à complexidade da realidade enfrentada por esses servidores.

Os três estudos convergem ao indicar que, embora haja avanços na discussão, o cuidado com a saúde mental ainda é tratado de forma superficial tanto nas corporações quanto nas políticas públicas. Falar sobre saúde mental, conforme destaca Assis et al. (2023), ainda é um tabu dentro das instituições de segurança: "o trabalho amplifica questões sociais que afetam negativamente a saúde mental [...], mas falar sobre o tema ainda é um tabu nos ambientes de trabalho em todo o mundo".

Portanto, discutir a saúde mental dos profissionais da segurança pública exige não apenas o reconhecimento dos fatores que levam ao sofrimento psíquico, mas também um compromisso político-institucional com a promoção do cuidado. É fundamental que sejam rompidas as barreiras culturais e institucionais que silenciam o sofrimento desses trabalhadores. Como enfatiza Futino e Delduque (2020), a carência de estudos sistêmicos abre espaço para "novas abordagens e políticas que tratem a saúde mental de forma mais integrada". A consolidação de práticas de escuta, acolhimento e intervenção qualificada é urgente para garantir a dignidade e o bem-estar daqueles que, diariamente, estão à frente da proteção da sociedade.

Esse estudo, portanto, não apenas evidenciou a negligência da instituição perante a saúde mental dos Guardas Cíveis Municipais, como também possibilitou a elaboração de uma proposta de intervenção voltada à prevenção e à promoção do cuidado em saúde mental

desses trabalhadores. A intervenção proposta nesse trabalho é simbólica, porém de grande importância, na medida em que buscou criar espaço de escuta, visibilidade e expressão para esses profissionais. Nesse contexto, o podcast "Além da Farda" surgiu como uma estratégia de aproximação entre os agentes da segurança pública municipal e a população, proporcionando que esses profissionais dialoguem sobre seu papel, de fato, na sociedade e seus desafios.

Conclui-se que a promoção de saúde mental neste contexto é algo urgente e exige que seja um compromisso contínuo de escuta e intervenções através de políticas públicas efetivas, valorização e reconhecimento, além de construção de vínculos profissionais e com a comunidade. Desta forma será possível garantir que os Guardas Cíveis Municipais exerçam suas funções com dignidade, respeito e equilíbrio.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FACSETE por oportunizar a realização deste trabalho, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento científico e da formação acadêmica dos autores. À Prefeitura Municipal de Matozinhos, pelo apoio institucional e autorização para a realização do estudo. Aos Guardas Municipais de Matozinhos, pela disponibilidade, abertura e colaboração, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Agradecemos, de forma especial, à professora Carla Amorim e à orientadora Luana Soares, pelas orientações, apoio e contribuições acadêmicas ao longo de todo o processo de elaboração deste artigo científico.

## CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

- BAIERLE, S. R.; MERLO, A. A.** Reconhecimento no trabalho e saúde mental dos agentes de segurança pública. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 145–156, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12072>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- BICHETT, M.; VARGAS, S. M. L.** Fatores influenciadores na satisfação e motivação. *Desafio Online*, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/10195>. Acesso em: 21 jan. 2026.

- BORGES, C.** et al. Perfil de qualidade de vida e saúde. Editora Científica Digital, 2024. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/240416261.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- COSTA, D.; SILVA, I.** Impactos do trabalho por turnos. Revista de Administração de Empresas, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wNvnfM9mVQwj9MCq7HgN9mp> Acesso em: 21 jan. 2026.
- COSTA, E. F.** Impactos na vida social e familiar do trabalho por turnos na perspectiva dos familiares. Revista de Saúde e Trabalho, v. 10, n. 2, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1551/155160381004/html/> Acesso em: 22 jan. 2026.
- DEJOURS, C.** O sofrimento psicológico no trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1993.
- DEJOURS, C.** Reconhecimento e trabalho. In: BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andrea Pereira (org.). Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 21–32.
- DUTRA, J. S.** Psicologia das carreiras: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Atlas, 2002.
- FRANCO, C. C.** Prevalência de sofrimento mental e fatores associados em trabalhadores da segurança pública: estudo transversal com guardas municipais de Santa Catarina. 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264777>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- FURTINO, R. S; DELDUQUE, M. C.** Saúde mental no trabalho de segurança pública. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i2.632> Acesso em: 21 jan. 2026.
- GERNET, I.; DEJOURS, C.** Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea Pereira (org.). Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011. p. 61–70.
- GOMES, C.; PEIXOTO, A.** Depressão, ansiedade e estresse. 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1955> Acesso em: 21 jan. 2026.
- MERLO, A. A.** Motivação e reconhecimento no trabalho. Revista de Psicologia do Trabalho e das Organizações, v. 15, n. 2, 1999. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771990000200004](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771990000200004) Acesso em: 21 jan. 2026.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.** Constituição da Organização Mundial da Saúde. Genebra: OMS, 1948. Disponível em: <https://www.who.int/about/governance/constitution>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- SATO, L.; BERNARDO, M. H.** Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 869–878, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rNNzNMDBjbR5dS8LCN86p4M/?lang=pt> Acesso em: 21 jan. 2026.
- THOMAS, L.** Cross-Sectional Study | Definition, Uses & Examples. 8 maio 2020. Disponível em: <https://www.scribbr.com/methodology/cross-sectional-study/>. Acesso em: 21 jan. 2026.